

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000096-22.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Compra e Venda**
 Requerente: **Belive Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.**
 Requerido: **Sociedade de Apoio, Humanização e Desenvolvimentos de Serv Saude**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

BELIVE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ajuizou Ação **MONITÓRIA** em face de **SOCIEDADE APOIO HUMANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - SAHUDES** todos devidamente qualificados.

A empresa requerente alega na sua exordial que é credora da requerida no importe atualizado de R\$ 13.540,57 referente mercadorias entregues e não pagas, conforme comprovam as notas fiscais e comprovantes de entrega de fls. 15 e ss. Pediu a procedência da demanda com a condenação da requerida no valor acima mencionado. A inicial veio instruída por documentos.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação a fls. 45 e ss denunciando à lide a Prefeitura Municipal e impugnando o valor da causa. No mérito, sustenta que na data da entrega das mercadorias a responsável pelo pagamento era o Município de São Carlos ou a UFSCAR, que firmaram contrato de solvabilidade do passivo da SAHUDES. No mais rebateu a inicial e requereu a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 120/123.

A denunciação da lide e a impugnação ao valor da causa foram afastadas pela decisão de fls. 124.

As partes foram instadas a produzir provas. A autora pediu o julgamento antecipado e a requerida permaneceu inerte.

É o relatório.

Passo a decidir no estado em que se encontra a LIDE por entender completa a cognição.

O alegado pela requerida não se sustenta e, inclusive, a denunciação da lide já foi afastada pela decisão de fls. 124.

A questão de ter o Município de São Carlos ou a UFSCAR se responsabilizado pelo pagamento das dívidas da requerida é questão estranha à autora e não pode a ela ser oposta.

Se a embargante-requerida entende que a UFSCAR é garantidora de seu passivo (dela requerida) por atos de gestão, deverá exercitar referido direito por meio de ação autônoma.

Nesse sentido, aliás, apreciando caso análogo já deliberou a 1ª Turma do Colégio Recursal em Acórdão do qual fui relator e recebeu votação unânime (Recurso 1012726-81.2016 nos autos da ação movida por ANDERSON SPINA ME em face da SOCIEDADE DE APOIO, aqui demandada). Assim,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

também vem deliberando os Juízos da 4º e 5º Vara Cível local podendo ser citados como exemplo as demandas 1005462-76.2017 e 1005415-05.2017.

No mérito propriamente dito, comprovado está nos autos que as compras de material foram feitas em nome da embargante e entregues no endereço do Hospital Universitário.

Assim, não pode a embargante eximir-se de suas responsabilidades, mesmo porque não negou o recebimento das mercadorias.

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **REJEITO OS EMBARGOS e ACOLHO O PLEITO INICIAL**, para o fim de **condenar** a requerida, **SOCIEDADE DE APOIO, HUMANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – SAHUDES**, a pagar à autora, **BELIVE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, a quantia de R\$ 13.540,57 (treze mil quinhentos e quarenta reais e cinquenta e sete centavos), com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro 10% do valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessários, nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.

P. I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 27 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**